

**Confederação
Brasileira de Golfe**
**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2013
e relatório dos auditores independentes**



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Conselheiros
Confederação Brasileira de Golfe

Examinamos as demonstrações financeiras da Confederação Brasileira de Golfe (a "Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Confederação Brasileira de Golfe

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Golfe em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 29 de abril de 2014

A handwritten signature in blue ink that reads "PricewaterhouseCoopers".

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink that reads "Renato Barbosa Postal".

Renato Barbosa Postal
Contador CRC 1SP187382/O-0

Índice

Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	6
1.1 Atividades da CBG	6
1.2 Aspectos fiscais	7
2 Resumo das principais políticas contábeis	8
2.1 Base de preparação e apresentação	8
2.2 Caixa e equivalentes de caixa	9
2.3 Ativos financeiros	9
2.4 Valores a receber	9
2.5 Ativo imobilizado	10
2.6 Intangível	10
2.7 Contas a pagar	10
2.8 Adiantamentos para eventos	10
2.9 Provisões	10
2.10 Patrimônio social - fundo de reserva	11
2.11 Reconhecimento de receita e correspondentes custos	11
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	12
4 Gestão de risco financeiro	12
4.1 Fatores de risco financeiro	12
5 Instrumentos financeiros por categoria	12
6 Caixa e equivalentes de caixa	13
7 Recursos de projetos	13
8 Outros recebíveis	14
9 Contas a pagar	14
10 Adiantamento para eventos	15
11 Patrimônio líquido	19
12 Receitas das atividades	21
13 Custos com eventos realizados	22
14 Despesas gerais e administrativas	24
15 Remuneração dos executivos	24
16 Torneios incentivados que aguardam aprovações	24
17 Torneios com prestações de contas aprovadas pelo Ministério do Esporte durante 2013	25
18 Torneios em processo de captação de recursos	26
19 Eventos subsequentes	26

Confederação Brasileira de Golfe

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2013	2012	Passivo e patrimônio social	2013	2012
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	360	539	Contas a pagar (Nota 9)	221	363
Recursos de projetos (Nota 7)	5.531	3.863	Salários e encargos sociais	160	133
Outros recebíveis (Nota 8)	208	243	Adiantamento para eventos (Nota 10)	5.387	3.698
			Outros passivos	19	12
	6.099	4.645	Total do passivo	5.787	4.206
Não circulante			Patrimônio líquido (Nota 11)		
Imobilizado	45	35	Patrimônio social	98	295
Intangível	5	9	Fundo de reserva	264	188
	50	44	Total do patrimônio líquido	362	483
Total do ativo	6.149	4.689	Total do passivo e patrimônio líquido	6.149	4.689

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas das atividades (Nota 12)	9.899	9.852
Custos com eventos realizados (Nota 13)	<u>(7.903)</u>	<u>(7.819)</u>
	<u>1.996</u>	<u>2.033</u>
Despesas das atividades		
Gerais e administrativas (Nota 14)	<u>(2.102)</u>	<u>(2.112)</u>
Déficit das atividades	<u>(106)</u>	<u>(79)</u>
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(18)	(9)
Receitas financeiras	<u>3</u>	<u>29</u>
	<u>(15)</u>	<u>20</u>
Déficit do exercício	<u><u>(121)</u></u>	<u><u>(59)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Fundo de reserva</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2012	419	123		542
Déficit do exercício			(59)	(59)
Aumento do fundo de reserva (Nota 12(d))		65	(65)	
Compensação do déficit do exercício	<u>(124)</u>	<u></u>	<u>124</u>	<u></u>
Em 31 de dezembro de 2012	295	188		483
Déficit do exercício			(121)	(121)
Aumento do fundo de reserva (Nota 12(d))		76	(76)	
Compensação do déficit do exercício	<u>(197)</u>	<u></u>	<u>197</u>	<u></u>
Em 31 de dezembro de 2013	<u>98</u>	<u>264</u>	<u></u>	<u>362</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	<u>(121)</u>	<u>(59)</u>
Ajustes		
Depreciação	<u>13</u>	<u>8</u>
	<u>(108)</u>	<u>(51)</u>
Variações no ativo e passivo		
Recursos de projetos	(1.668)	(1.411)
Outros ativos	35	(239)
Contas a pagar	(142)	269
Salários e encargos sociais	27	43
Adiantamento para eventos	1.689	1.315
Outros passivos	<u>7</u>	<u>8</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(160)</u>	<u>(66)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos no imobilizado	<u>(19)</u>	<u>(22)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(19)</u>	<u>(22)</u>
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(179)	(88)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>539</u>	<u>627</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u><u>360</u></u>	<u><u>539</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Confederação Brasileira de Golfe ("CBG" ou "Entidade") é uma entidade sem fins lucrativos, constituída com prazo indeterminado de duração e com caráter desportivo. Sua finalidade é desenvolver o esporte no Brasil em conjunto com as federações regionais, bem como regulamentar e supervisionar o desempenho das seguintes federações e entidades filiadas diretamente à CBG:

- . São Paulo - Federação Paulista de Golfe
- . Rio de Janeiro - Federação de Golfe do Estado do Rio de Janeiro
- . Rio Grande do Sul - Federação Riograndense de Golfe
- . Paraná e Santa Catarina - Federação Paranaense e Catarinense de Golfe
- . Pernambuco - Federação Pernambucana de Golfe
- . Bahia - Federação Baiana de Golfe
- . Região Centro-Oeste - FECONG - Federação Centro-Oeste de Golfe
- . Região Norte - Federação Norte de Golfe
- . Minas Gerais - Morro do Chapéu Golfe Clube - clube filiado diretamente à CBG

1.1 Atividades da CBG

A CBG tem por objetivo a promoção do esporte golfe no Brasil por meio de implementação dos projetos de golfe e organização de eventos ligados ao esporte.

A CBG é filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro e às seguintes entidades internacionais: *Federacion Sudamericana de Golf*, à *International Golf Federation* e ao R&A - *Royal and Ancient Golf Club of Saint Andrews*.

A CBG conta com o apoio técnico-financeiro do Ministério do Esporte, por meio da Lei nº 11.438/06, e do Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

Para obtenção de apoio técnico-financeiro das entidades acima referidas, todos os projetos desenvolvidos pela CGB são submetidos formalmente ao Ministério do Esporte para a aprovação e execução. Após o término de execução dos projetos, a CBG submete as prestações de contas de cada um dos projetos ao Ministério dos Esportes para aprovação. Nos casos em que os recursos advindos de projetos incentivados foram utilizados de forma parcial, após aprovação das prestações de contas, os recursos recebidos são devolvidos ao Ministério dos Esportes, atualizados monetariamente, conforme previsto na Lei nº 11.438/06.

Os apoios técnico-financeiros do Ministério do Esporte ocorrem da seguinte forma:

- (a) Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/06) - as empresas que desejam patrocinar o golfe podem utilizar o incentivo fiscal proporcionado da referida lei. As captações de patrocínios somente podem ser efetuadas após a aprovação formal do Ministério do Esporte. As prestações de contas são apresentadas ao final da execução de cada projeto aprovado.
- (b) Convênios com o Ministério do Esporte (Lei nº 96.015/98) - lei que permite a CBG obter apoio técnico-financeiro para projetos específicos de golfe. O processo de submissão do projeto, aprovação e prestação de contas é realizado de acordo com os termos previstos nesta lei.

O apoio técnico-financeiro do Comitê Olímpico Brasileiro ocorre por meio da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo Piva). Esta lei estabelece que 2% da arrecadação bruta de todas as loterias federais do País sejam repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB).

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2001, o COB criou o "Fundo Olímpico", a partir do qual as verbas oriundas da Lei Agnelo Piva são repassadas às Confederações Brasileiras Olímpicas conforme rigorosos critérios técnicos. Os recursos só poderão ser utilizados para os seguintes propósitos:

- (i) Programas e projetos de fomento.
- (ii) Desenvolvimento e manutenção do desporto.
- (iii) Formação de recursos humanos.
- (iv) Preparação técnica.
- (v) Manutenção de atletas.
- (vi) Participação em eventos esportivos.

1.2 Aspectos fiscais

Em 10 de dezembro de 1997 foi sancionada a Lei nº 9.532, cujos principais aspectos de interesse da Entidade estão apresentados a seguir.

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

As instituições isentas estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- . Não remunerar, de nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- . Aplicar, integralmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- . Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- . Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contados da data de emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- . Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal.
- . Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir com as obrigações acessórias decorrentes.
- . Assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda as condições de isenção, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a entidade que não apresente superávit em suas contas ou, caso presente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A CBG vem cumprindo os requisitos anteriormente mencionados.

A partir de setembro de 2012 e, nos termos da ITG 2002, a Entidade é requerida a avaliar as questões relacionadas com a renúncia fiscal. A análise da administração e suas correspondentes implicações estão descritas a seguir:

Renúncia fiscal

A Entidade tem isenção do imposto de renda e contribuição social sobre o superávit, em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97, e imunidade em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre rendimentos de aplicações financeiras. Com relação à COFINS, a MP nº 2.185-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas relativas às atividades próprias das associações sem fins lucrativos.

Durante o exercício de 2012, para atender as orientações da norma ITG 2002, a administração da CBG avaliou a mensuração e divulgação de valores da renúncia fiscal que a isenção de imposto de renda e contribuição social propiciam a Entidade, concluindo este tema como impraticável. Embora o conceito de superávit ou déficit dos exercícios possa se aproximar ao conceito de resultado do exercício (lucro ou prejuízo), tais definições não são idênticas, sendo que a aplicação das alíquotas vigentes de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado dos exercícios não seria uma maneira adequada de endereçar o assunto.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal em 23 de abril de 2014 e aprovada em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC para PME (R1) incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica ITG 2002 - "Entidades sem Finalidade de Lucros" e nos pronunciamentos técnicos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A Entidade elabora suas demonstrações financeiras utilizando a contabilização pelo regime de competência.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados, portanto não se apresenta uma demonstração do resultado abrangente.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação e mensuração

A Entidade classifica seus ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Os empréstimos concedidos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem o "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Caixa restrito" e "Outros ativos". Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.3.2 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de *impairment* na data do balanço. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de *impairment* poderia incluir, dentre outros:

- . dificuldade financeira significativa da contraparte;
- . inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal;
- . quando se torna provável que o devedor entrará em falência.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do *impairment* corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por *impairment* para todos os ativos financeiros.

2.4 Valores a receber

Tratam-se das contribuições a receber das federações e corresponde a um valor fixo por golfistas filiados. Os valores a receber são avaliados no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.5 Ativo imobilizado

O imobilizado, composto de computadores e periféricos, é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada, pela taxa anual de 20%. A vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.6 Intangível

Refere-se a licenças adquiridas de programas de computador, capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pela taxa anual de 20%.

2.7 Contas a pagar

Tratam-se de obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.8 Adiantamentos para eventos

Tratam-se dos valores aprovados pelo Ministério dos Esportes, Projeto Lei Agnelo Piva, COB e patrocinadores, recebidos antecipadamente para incorrer durante os eventos em que esses adiantamentos se referem. Incorporam-se mensalmente a esses valores, o rendimento mensal de aplicações financeiras correspondentes ao saldo dos adiantamentos efetuados. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício quando as despesas com o correspondente evento são incorridas.

2.9 Provisões

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

As provisões para riscos trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Entidade.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Patrimônio social - fundo de reserva

Representa o superávit/déficit acumulado pela entidade no decorrer de suas atividades, incluindo as destinações ao fundo de reserva.

O fundo de reserva é constituído para a realização de investimentos extraorçamentários na área esportiva e administrativa, representando uma parcela adicional de 5% calculadas sobre os valores de taxas e filiação recebidas mensalmente, conforme determinado pelo estatuto social da entidade.

São registrados na conta de fundo de reserva os valores não utilizados, que são transferidos para o resultado do exercício somente após a aprovação da administração da Entidade.

De acordo com o Estatuto da Entidade, a utilização ou movimentação dos valores que integram o fundo de reserva dependerá de aprovação prévia por parte das filiadas à CBG com direito a voto, conforme previsto no estatuto social da Entidade.

No encerramento de cada exercício social, o superávit do exercício é transferido para a rubrica de patrimônio social. Inversamente, nos casos de déficit do exercício, este é compensado pelo patrimônio social.

2.11 Reconhecimento de receita e correspondentes custos

A receita compreende o valor presente das contribuições de associados, dos valores recebidos de patrocinadores e dos valores equivalentes às despesas incorridas em cada um dos eventos. Esses valores são reconhecidos no resultado na competência dos exercícios.

(a) Taxas recebidas das afiliadas

Representam ingressos de valores decorrentes das mensalidades de filiações das federações e clubes filiados a Confederação Brasileira de Golfe. Sua contabilização é por competência.

(b) Receitas de inscrições de jogadores em torneios

Corresponde às taxas cobradas dos jogadores que se inscrevem nos torneios de golfe, com o objetivo de subsidiar parcialmente os custos e despesas para a realização dos referidos eventos. Estas receitas são contabilizadas no resultado quando da ocorrência do evento.

(c) Receitas de patrocinadores

Referem-se aos valores que são captados diretamente com as empresas e entidades para eventos previamente aprovados pelo COB e Ministério dos Esportes, para subsidiar parcialmente os torneios de golfe. As receitas de patrocínio direto são contabilizadas no resultado do exercício quando da ocorrência do evento que o patrocinador está participando.

(d) Receita projetos incentivados

Receitas com projetos incentivados referem-se aos valores que são submetidos para aprovação prévia do COB ou Ministério dos Esportes e utilizados nos projetos incentivados por meio da Lei de Incentivo ao 11 de 26

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Esporte, ou de Convênios específicos com o Ministério do Esporte (Lei nº 11.438/06) e por meio da Lei Agnelo Piva (Lei nº 10.264/01).

A administração da Entidade entende que tem diferentes graus de autonomia sobre os projetos incentivados onde há responsabilidades por executar o evento perante o público e fornecedores, independente das disponibilidades de recursos, e autonomia para a contratação dos serviços, desde que seja um serviço ou uma contratação prevista em um projeto aprovado. A administração da Entidade analisou as transações de receitas e custos com projetos incentivados para determinar se a Entidade está atuando como agente ou principal e concluiu que atua como principal.

Portanto, a receita com projetos incentivados são contabilizados no resultado do exercício por ocasião da efetiva utilização dos recursos para pagamentos de despesas dos referidos projetos aprovados.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base e premissas, a Entidade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Não há estimativas ou julgamentos contábeis críticos que requeiram divulgação específica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Entidade está exposta a risco de liquidez.

Risco de liquidez

É um risco da CBG não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pelo departamento de Finanças.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros tais como "Caixa e equivalente de caixa", "Aplicações financeiras", "Caixa restrito" e "Outros ativos", são todos classificados na categoria de recebíveis.

Os passivos financeiros como "Fornecedores", "Adiantamento para eventos" e "Outros passivos", são classificados como outros passivos financeiros.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo dos instrumentos financeiros é basicamente determinado pela comparação com outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado. Os valores registrados no ativo e passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua grande maioria, em prazos inferiores a 45 dias. Considerando as características e o prazo desses instrumentos, que são

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

sistematicamente realizados, os valores contábeis em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 aproximam-se dos valores justos.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa	3	35
Bancos conta movimento	122	62
Aplicações de liquidez imediata (*)	<u>235</u>	<u>442</u>
	<u>360</u>	<u>539</u>

(*) Aplicações financeiras em fundos de investimento de renda fixa com resgate automático e sem perda de rendimentos por ocasião do resgate.

7 Recursos de projetos

(a) Recursos disponíveis para execução

<u>Descrição</u>	<u>Instituição financeira</u>	<u>Referencial - %</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo de Investimento - MESP LPGA Brasil Cup 2012 (i)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	11	10
Fundo de Investimento - MESP Aberto do Brasil de Golfe 2012 (i)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI		54
Fundo de Investimento - MESP Circuito Brasileiro 2013 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	104	
Fundo de Investimento - MESP Caminho das Olimpíadas 2013 (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	283	
Fundo de Investimento - MESP Programa Alto Rendimento Rio 2016 - SICONV (ii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	3.212	
Fundo de Reserva - Fundo de Investimentos (iii)	Banco do Brasil	Variação de 100% CDI	<u>255</u>	<u>176</u>
			<u>3.865</u>	<u>240</u>

- (i) Projeto encerrado. Sua prestação de contas encontra-se em processo de aprovação pelo Ministério dos Esportes.
- (ii) Projetos em andamento de execução financeira.
- (iii) Tratam-se de recursos do fundo de reserva que somente podem ser utilizados ou movimentados mediante aprovação prévia por parte das filiadas à CBG com direito de voto, como está estabelecido no estatuto social da Entidade.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Recursos restritos

<u>Descrição</u>	<u>Instituição financeira</u>	<u>Referencial - %</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fundo de Investimento - MESP				
Aberto do Brasil de Golfe 2013 (i)	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI		950
Fundo de Investimento - MESP				
Brasil Premium Classic (i)	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI		2.073
Fundo de Investimento - MESP				
Golfe A Caminho das Olimpíadas (i)	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI		600
Fundo de Investimentos - MESP -				
Aberto Golfe Atlântico	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI	900	
Fundo de Investimentos - MESP -				
Circuito Brasileiro	Banco do Brasil	Variação de 100 % CDI	766	
			<u>1.666</u>	<u>3.623</u>

Conforme prevê a Lei do Incentivo ao Esporte (Lei 11.438/06), a conta corrente nominada pelo Ministério dos Esportes como "recursos restritos", permanece no aguardo da conclusão de todas as captações para até o início da realização dos pagamentos dos gastos relacionados ao torneio. Quando do término do prazo de captação de recursos, o saldo da conta bloqueada é transferido para a conta "recursos disponíveis para execução", também estabelecida pelo Ministério dos Esportes, e terá por finalidade a execução dos pagamentos de todas as despesas de acordo com o plano de aprovação de despesas e planejamento e orçamentário, aprovado pelo Ministério dos Esportes, por meio de ofício.

8 Outros recebíveis

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Contas a receber (Nota 12(d))	184	211
Adiantamentos diversos	18	11
Taxa de filiação a receber	4	10
Impostos a recuperar	2	11
	<u>208</u>	<u>243</u>

9 Contas a pagar

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Diligencia Ministério dos Esportes (i)	147	147
Contas a pagar IMX (ii)		105
Torneio Sulamericano Amateur - Colômbia (iii)		46
Despesas com prestação de serviços técnicos		22
Outras contas a pagar	74	43
	<u>221</u>	<u>363</u>

- (i) Refere-se à glosa realizada pelo Ministério dos Esportes, no final de 2012, referente ao processo de prestação de contas do Projeto Reestruturação do Golfe ocorrido em 2008. No primeiro trimestre de 2013, a CBG apresentou ao Ministério dos Esportes, recurso com as devidas justificativas. Dada a incerteza quanto ao desfecho desse processo, a administração da Entidade decidiu pelo provisionamento do valor total do montante em discussão.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) O saldo refere-se ao valor a pagar à IMX Esporte e Entretenimento Ltda., a título de remuneração pelos serviços de captação de patrocínios para a CBG, conforme Contrato de Marketing celebrado entre as partes.
- (iii) Despesas com passagens aéreas, hospedagens, transportes e alimentação em torneio sulamericano amador de golfe, realizado na Colômbia.

10 Adiantamento para eventos

	Em 1º de janeiro de 2013	Entrada de recursos	Saída de recursos (*)	Em 31 de dezembro de 2013
Projeto Lei Agnelo Piva (i)	11	1.660	(1.560)	111
MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2012	54	1	(55)	
LPGA Brasil Cup 2012	10	1		11
MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2013 (ii)	950	64	(1.014)	
MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013 (iii)		1.831	(1.727)	104
MESP - Golfe a Caminho das Olimpíadas (iv)	600	16	(333)	283
MESP - Brasil Premium Classic (v)	2.073	10	(2.083)	
MESP - SICONV- Programa de Alto Rendimento Rio 2016 (vi)		3.252	(40)	3.212
MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014 (vii)		766		766
MESP - Aberto de Golfe do Atlântico 2014 (viii)		900		900
	<u>3.698</u>	<u>8.501</u>	<u>(6.812)</u>	<u>5.387</u>

(*) Reconhecimento de receitas (Nota 12(c)) e custos incorridos com projetos incentivados (Nota 13(c)).

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, ocorreram os seguintes eventos:

(i) Projeto Lei Agnelo Piva

A Lei disciplina a aplicação dos recursos financeiros decorrentes da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001 - Lei Agnelo Piva, regulamentada pelo Decreto nº 5.139 de 12 de julho de 2004, em projetos e programas do Comitê Olímpico Brasileiro e das Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico, filiadas ao COB, do Desporto Escolar e do Desporto Universitário.

Os limites e critérios para gastos com a manutenção das Entidades beneficiadas com os recursos descentralizados, são classificados de acordo com critérios fixados previamente pelo COB. As entidades de pequeno porte, onde a CBG se enquadra perante a legislação, do total repassado pelo COB, através da Lei Agnelo Piva, podem incorrer em gastos de até 20% do total recebido com a manutenção da entidade. O COB, após examinar e aprovar as solicitações de recursos apresentadas pelas Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico credita em conta corrente específica e exclusiva, mantida na Caixa Econômica Federal, para a movimentação dos recursos financeiros oriundos da Lei nº 10.264 de 16 de julho de 2001, a importância correspondente, sujeitando-as à posterior apresentação de prestação de contas.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores recebidos do COB e sua correspondente utilização estão apresentados abaixo conforme segue:

<u>Natureza das despesas</u>	<u>Em 2011</u>	<u>Em 2012</u>	<u>Em 2013</u>	<u>Acumulado</u>
Recursos Lei nº 10.264/2001 (Nota 12 (c))	510	930	1.560	3.000
Programas e projetos de fomento	(107)	(441)	(766)	(1.314)
Desenvolvimento e manutenção do desporto	(187)	(221)	(292)	(700)
Formação de recursos humanos	(32)	(33)		(65)
Preparação técnica			(266)	(266)
Manutenção de atletas				
Participação em eventos esportivos	(161)	(246)	(137)	(544)
Saldo em 31 de dezembro de cada exercício	<u>23</u>	<u>(11)</u>	<u>99</u>	<u>111</u>

(ii) MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2013

O projeto Aberto do Brasil de Golfe 2013, evento ocorrido entre os dias 17 e 20 de outubro de 2013, tem por objetivo ampliar o número de atletas brasileiros melhor ranqueados internacionalmente.

As principais metas qualitativas são: (i) realizar o maior campeonato de golfe do Brasil; (ii) ser ratificado pelo PGA Tour como evento parte do circuito Latino Americano em 2013; (iii) receber cobertura de destaque na imprensa nacional e internacional; (iv) proporcionar atividades aos golfistas profissionais; (v) desenvolver talentos para que possam representar o Brasil nos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Este projeto foi avaliado na 54ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de novembro de 2012, onde foi aprovado para captação de recursos no valor de R\$ 996 a serem creditados em uma conta bancária específica (Processo nº 58.701.005113/2012-26).

O total efetivamente captado foi de R\$ 950 com rendimento de aplicação de R\$ 64. O projeto foi concluído em 10 de dezembro de 2013 com a entrega da prestação de contas ao Ministério dos Esportes para respectiva análise, com um total de saída de recursos de R\$ 1.014.

(iii) MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013

O projeto Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2013 tem como objetivo desenvolver o golfe masculino profissional no País, por meio da realização de cinco torneios de golfe ao longo do País, sendo: (i) Clube de Golfe de Brasília - DF, de 24 a 27 de abril de 2013; (ii) Dahma Golf Club, em São Carlos -SP, de 15 a 18 de maio de 2013; (iii) Porto Alegre Country Club, no Rio Grande do Sul, de 5 a 8 de junho de 2013; (iv) Clube Curitibanos, no Paraná, de 26 a 29 de junho de 2013 e (v) Clube de Campo de São Paulo, em São Paulo, de 7 a 10 de agosto de 2013. Tratam-se de eventos de médio porte (R\$ 100 em premiação com participação de 60 jogadores, em cada etapa).

Este projeto foi avaliado na 54ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de novembro de 2012, onde foi aprovada a captação no valor de R\$ 1.766 (Processo nº 58.701.005113/2012-26).

O total efetivamente captado foi de R\$ 1.766 com rendimento de aplicação financeira de R\$ 65. Em 31 de dezembro de 2013 o projeto ainda estava em andamento com saldo de recursos no valor de R\$ 104.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) MESP - Golfe a Caminho das Olimpíadas

Com ênfase nas Olimpíadas do Rio 2016, o projeto tem por objetivo oferecer oportunidade aos melhores golfistas brasileiros de participarem em torneios internacionais onde o nível técnico é muito maior que um torneio local, além de despertar o interesse das crianças e jovens que ainda não tiveram contato com o esporte. Projeto está dividido em cinco módulos:

- . "Golfe para a Vida - Programa de Formação de Talento e Cidadania" - Módulo I – ocorrido entre os dias 27 e 28 de julho de 2013 (Clube de Golfe de Brasília) e dias 22 a 24 de novembro de 2013 (Associação Golfe Público de Japeri, Rio de Janeiro). O projeto encontra-se em execução, com conclusão prevista para o exercício de 2014;
- . Campeonatos Sulamericanos - Módulo II - distribuídos em três torneios: Sulamericano Juvenil Amador (entre 8 a 14 de abril de 2013, no Asunción Golf Club, Assunção, Paraguai); Sulamericano Pré-Juvenil de Golfe (entre 23 a 28 de setembro de 2013, Club de Campo Granadilla, Viña Del Mar, Chile); e Sulamericano Juvenil - Copa Los Andes (de 27 a 30 de novembro de 2013, Club Los Lagartos, Bogotá, Colômbia);
- . Campeonato Amador de Golfe do Brasil - Módulo III - Edição do 83º Campeonato Amador de Golfe do Brasil, ocorrido entre os dias 4 e 7 de julho de 2013 no Alphaville Graciosa Clube (Pinhais, Paraná);
- . Tour Nacional Juvenil de Golfe - Módulo IV - 4ª etapa do Tour Juvenil de Golfe entre os dias 17 a 19 de maio de 2013, no Alphaville Graciosa Clube (Curitiba, Paraná);
- . Campeonato Brasileiro Pré-Juvenil e Juvenil de Golfe - Módulo V - Edição do 24º Brasileiro Pré-juvenil e Juvenil de Golfe, entre os dias 31 de julho a 2 de agosto de 2013 no Clube de Golfe de Brasília (Brasília, DF).

Este projeto foi avaliado na 29ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 21 de novembro de 2012, onde foi aprovada a captação de recursos no valor de R\$ 959 (Processo nº 58.701.005112/2012-81).

O total efetivamente captado foi de R\$ 600. A captação a menor em relação ao aprovado é decorrente de um remanejamento de verbas do projeto aprovado pelo Ministério dos Esportes, adequando-se ao valor captado final. O rendimento de aplicação financeira sobre o total captado foi de R\$ 16.

Em 31 de dezembro de 2013, o projeto ainda se encontrava em andamento, com conclusão prevista para o mês de fevereiro de 2015, conforme prorrogação aprovada pelo Ministério dos Esportes. O saldo de recursos do projeto em 31 de dezembro de 2013 correspondia a R\$ 283.

(v) MESP - Brasil Premium Classic

O torneio "Brasil Premium Classic" é uma das etapas do "web.com Tour", classificatório para o PGA Tour 2014, evento ocorrido entre os dias 4 e 7 de abril de 2013. A competição reuniu aproximadamente 145 jogadores nacionais e internacionais, sendo considerada a segunda mais importante das Américas.

Durante a execução do torneio, ocorreram clínicas de golfe para iniciantes incluindo estudantes do ensino público.

Este projeto foi avaliado na 29ª Reunião Ordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 21 de novembro de 2012, onde foi aprovada a captação de recursos no valor de R\$ 2.210, sendo que, até 31 de dezembro de 2012, o montante captado correspondia a R\$ 2.073 (processo nº 58.701.005228/2012-11).

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2013 não ocorreram novas captações, apenas rendimento de aplicação financeiras no valor de R\$ 10.

O projeto foi concluído em 22 de julho de 2013 com a entrega da prestação de contas ao Ministério dos Esportes para a respectiva análise.

(vi) MESP - SICONV - Programa de Alto Rendimento Rio 2016

O Programa Alto Rendimento Rio 2016 - SICONV nº 775276/2012, tem por objetivo promover o treinamento multidisciplinar por meio da formação de equipe técnica e acesso a centro de treinamento nacional de alta performance, além da aquisição de equipamentos esportivos e participação em eventos internacionais, cujo principal objetivo é a preparação de atletas de golfe de alto rendimento para os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Com a aprovação do projeto, foi repassado à Entidade, em 2013, o valor total de R\$ 3.123 com a contrapartida da Entidade de 1,5 % sobre este valor, num montante complementar de R\$ 45, totalizando uma entrada de recursos para o projeto de R\$ 3.168.

O projeto iniciou em 30 de abril de 2013 com conclusão prevista para dezembro de 2014, conforme prorrogação aprovada pelo Ministério dos Esportes.

O total de rendimentos de aplicação financeira sobre os recursos do projeto em 2013 é de R\$ 84, somando R\$ 3.252 de entradas de recursos para o projeto. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de recursos do projeto era de R\$ 3.212.

(vii) MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014

O projeto Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014 tem como objetivo desenvolver o golfe masculino profissional no País, por meio da realização de cinco torneios de golfe ao longo do País, sendo: (i) Terras de São José Golfe Clube - SP, de 6 a 8 de agosto de 2014; (ii) Clube de Golfe de Brasília - DF, de 7 a 10 de maio de 2014; (iii) Alphaville Graciosa Clube - PR, de 20 a 23 de agosto de 2014; (iv) Clube de Campo São Paulo - SP, de 10 a 13 de setembro de 2014 e (v) Porto Alegre Country Club - RS, de 4 a 6 de junho de 2014.

Tratam-se de eventos de médio porte (R\$ 100 em premiação com participação de 60 jogadores, em cada etapa).

Este projeto foi avaliado na 54ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de novembro de 2013, onde foi aprovado o valor para captação de R\$ 2.090 (Processo nº 58.701.007797/2013-81).

Em 31 de dezembro de 2013 o total de recursos captados era de R\$ 766, mantidos em conta de recursos restritos (Nota 7(b)).

(viii) MESP - Aberto de Golfe do Atlântico 2014

Trata-se de um campeonato que será realizado entre os dias 9 e 12 de outubro de 2014 no Gávea Golfe Clube do Rio de Janeiro e contará com a participação de 144 jogadores nacionais e internacionais. O Aberto de Golfe do Atlântico terá uma premiação de US\$ 240 mil, que serão distribuídos entre os 70 jogadores melhores classificados no torneio e contará pontos para o *ranking* mundial.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Este projeto foi avaliado na 54ª Reunião Extraordinária da Comissão Técnica da Lei de Incentivo ao Esporte, realizada em 6 de novembro de 2013, onde foi aprovada a captação de recursos no valor de R\$ 1.206 (Processo no. 58.701.005050/2012-16).

Em 31 de dezembro de 2013 o total de recursos captados era de R\$ 900, mantidos na conta de recursos restritos (Nota 7(b)).

11 Patrimônio líquido

O patrimônio social representa o superávit ou déficit acumulado pela entidade no decorrer das suas atividades, incluindo as destinações ao fundo de reserva.

(a) Fundo de reserva

O fundo de reserva é constituído para a realização de investimentos extraorçamentários na área esportiva e administrativa, representando uma parcela de taxas e filiação recebidas mensalmente; conforme determinado pelo estatuto social da Entidade. São registrados na conta de fundo de reserva os valores não utilizados, que são transferidos para o resultado do exercício somente após a aprovação dos afiliados conforme prevê o Estatuto Social da Entidade.

O valor resultante do fundo de reservas em 31 de dezembro de 2013 era de R\$ 76 (2012 - R\$ 65), e correspondia a R\$ 62 (2012 - R\$ 60) de taxas de filiação e R\$ 14 (2012 - R\$ 5) de rendimento líquido da aplicação financeira.

(b) Destinação do superávit do exercício

Considerando que o estatuto social da Entidade é silente em relação às destinações do superávit e conforme a Resolução nº 1.409 do Conselho Federal de Contabilidade, estão sendo reclassificados para a rubrica de patrimônio social os resultados positivos (superávit) e negativos (déficit), auferidos no encerramento de cada exercício social.

(c) Outro assunto - eleição da diretoria - biênio 2013/2014

Nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi apresentada em nota de evento subsequente a seguinte divulgação:

“Conforme artigo 24 do Estatuto da CBG, a Assembleia Geral da CBG reunir-se-á, ordinariamente durante o mês de novembro, para realizar as eleições previstas neste Estatuto, a qual elegerá os membros dos poderes, que terão mandato a partir do 1º dia útil do mês de janeiro do ano subsequente.

Em 30 de novembro 2012, com a presença de todas as federações com direito a voto, ocorreu a primeira Assembleia Geral Ordinária, que tinha por propósito a eleição da diretoria da CBG para o biênio 2013/2014. Considerando que ocorreu um empate em 3 votos para cada uma das chapas, foi convocada nova Assembleia eletiva onde, em 27 de dezembro de 2012, ocorreu novo empate. Dada a urgência da situação e os sucessivos empates, foi proclamado como vencedor o candidato mais idoso para desempatar a eleição.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 28 de dezembro de 2012, a Federação Paulista de Golfe (FPG) ajuizou na Justiça Comum, Ação Cautelar Inominada, com pedido de liminar em face da CBG, objetivando sustar os efeitos da Assembleia eletiva ocorrida em 27 de dezembro de 2012.

Em 17 de janeiro de 2013, por força de sentença, foi julgado extinto o processo, sem julgamento do mérito, sob o fundamento central de que a controvérsia deveria ser submetida inicialmente à Justiça Desportiva.”

Ao ser julgada improcedente e arquivada a sentença, a FPG decidiu não interpor recurso tendo a referida ação, sido arquivada em 10 de abril de 2013.

Conforme previsto no estatuto da Entidade, quatro das seis federações com direito a voto, Federação Paranaense e Catarinense de Golfe, Federação de Golfe do Estado do Rio de Janeiro, Federação Riograndense de Golfe e Federação Centro-oeste Nordeste de Golfe, convocaram Assembleia Geral Extraordinária para o dia 22 de outubro de 2013, com o propósito de discutir e votar os seguintes principais assuntos:

- a) Na forma do disposto no artigo 31, VIII dos estatutos da CBG, interpretando os Estatutos, e preenchendo, no texto, a omissão a respeito, deixar claro e explicitado que, a exemplo do que dispõem os artigos 33, parágrafo 1º, 55 e 61 dos Estatutos da CBG, em caso de empate para eleição do Diretor-Presidente e respectiva chapa, é correto utilizar-se do mesmo critério de desempate pelo candidato a Diretor-Presidente mais idoso, ratificando-se, ainda para todos os fins e efeitos de direito, esse critério de desempate pelo candidato mais idoso adotado na Assembleia realizada no dia 27 de dezembro de 2012.
- b) Ratificar, para todos os fins e efeitos de direito, as Assembleias realizadas no corrente exercício de 2013, ocorridas nos dias 25 de abril e 4 de junho, e que foram convocadas pela Diretoria da CBG.
- c) Solicitar o registro das Atas da Assembleia realizada no dia 27 de dezembro de 2012, bem como das Atas das Assembleias realizadas no corrente exercício de 2013, ocorridas nos dias 25 de abril e 4 de junho, e que foram convocadas pela Diretoria da CBG.
- d) Referendar a superveniente alteração da composição entre os diretores Vice-presidentes, bem como, na forma do artigo 32, VI, delegar poderes especiais ao Diretor-Presidente da CBG, para que o mesmo, quando e se necessário, mediante consulta prévia às Federações com Direito a voto, promova as alterações entre os Diretores Vice-Presidentes, mas sempre com “ad referendum” da Assembleia Geral para esse fim.

O resultado das votações foi o seguinte:

- . Itens (a) e (d), foram aprovado tal como consta as redações acima por cinco votos a favor e um voto contra.
- . Itens (b) e (c), foram aprovados tal como consta as redações acima por cinco votos a favor sendo que uma federação se absteve de votar.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Receitas das atividades

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Afiliação	1.231	1.156
Patrocínios e inscrições	913	1.629
Receitas com projetos incentivados	6.812	6.208
Trabalhos voluntários (i)	635	561
Outras receitas	<u>308</u>	<u>298</u>
	<u>9.899</u>	<u>9.852</u>

(i) Conforme estabelece o parágrafo 19 da ITG 2002, o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A administração efetuou, com base em valores de remuneração de mercado por hora para profissionais que atuam nas funções de membros dos conselhos fiscal e diretor da Entidade e multiplicou pelas quantidades de horas correspondentes, dedicada a CBG, realizou o registro contábil dos valores apurados na demonstração do resultado do exercício de 2013 e de 2012.

(a) Receitas de afiliação

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Federação Paulista de Golfe	626	591
Federação Paranaense de Golfe	177	164
Federação de Golfe do Est. do Rio de Janeiro	169	159
Federação Rio Grandense de Golfe	119	105
Federação Baiana de Golfe	30	35
FECONG - Federação Centro/Oeste/Nordeste Golfe	36	34
Federação Norte de Golfe	36	34
Morro do Chapéu	24	22
Federação Pernambucana de Golfe	<u>14</u>	<u>12</u>
	<u>1.231</u>	<u>1.156</u>

(b) Receitas com patrocínios e inscrições

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Patrocínios		
Campeonato Amador de Golfe do Brasil	120	425
Tour Juvenil		400
Patrocínio institucional	384	282
Golfe para a vida	181	165
Sulamericano Copa Los Andes		93
Outros		<u>86</u>
	<u>685</u>	<u>1.451</u>
Inscrições		
CBG Pro Tour	67	65
Campeonato Aberto do Brasil de Golfe	45	46
Campeonato Amador de Golfe do Brasil	64	26
Campeonato Brasileiro Amador Juvenil	13	13
Outros	<u>39</u>	<u>28</u>
	<u>228</u>	<u>178</u>
	<u>913</u>	<u>1.629</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2013
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Receitas com projetos incentivados

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Projeto Lei Agnelo Piva (Nota 10(i))	1.560	930
Projeto MESP Aberto do Brasil 2012	55	808
Projeto MESP Aberto do Brasil de Golfe 2013	1.014	
Projeto MESP Circuito Brasileiro Golfe Masculino 2012		840
Projeto MESP Circuito Brasileiro Golfe Masculino 2013	1.727	
Projeto MESP Golf a Caminho das Olimpíadas 2016	333	
Projeto MESP Brasil Premium Classic	2.083	
Projeto LPGA Brasil Cup 2012		3.454
Projeto MESP Golfe Competitivo		120
Projeto MESP Copa Los Andes		20
Projeto MESP - SICONV - Programa de Alto Rendimento Rio 2016	40	
Projeto MESP Reestruturação do Golfe Brasileiro Fase I		<u>36</u>
	<u>6.812</u>	<u>6.208</u>

(d) Outras receitas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receitas com chancela (*)	174	211
Fundo de reserva	76	65
Outras	<u>58</u>	<u>22</u>
	<u>308</u>	<u>298</u>

(*) Conforme previsto em contrato de cooperação técnica firmado entre as partes, refere-se à receita obtida com apoio técnico-institucional da CBG à IMX Esporte e Entretenimento Ltda. na realização dos torneios de golfe Aberto do Brasil, LPGA Brasil Cup, Circuito Brasileiro CBG Pro Tour. A CBG recebe um valor, a título de chancela, para assegurar que o evento esteja de acordo com os requisitos mínimos previstos em um torneio dessa magnitude.

13 Custos com eventos realizados

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Diversas com torneios	(644)	(1.093)
Desenvolvimento de golfe - Formação Técnica	(447)	(518)
Custos com projetos incentivados	<u>(6.812)</u>	<u>(6.208)</u>
	<u>(7.903)</u>	<u>(7.819)</u>

No ano de 2013 foram realizados os seguintes dispêndios financeiros para os eventos ocorridos:

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Custos diversos com torneios

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Com representações - torneios de equipes		
Campeonato Sulamericano Copa Los Andes	(44)	(76)
Camp. Sulamericano Amateur	(5)	(44)
Campeonato Mundial de Golfe	(5)	(28)
Campeonato Sulamericano Pré-Juvenil	(15)	(17)
Campeonato Sulamericano Juvenil	(5)	(11)
Campeonato Masculino Reino Unido	(18)	
Outros Campeonatos	(7)	
Uniformes	(4)	(37)
	<u>(103)</u>	<u>(213)</u>
Torneios individuais		
Campeonato Amador Golfe do Brasil	(32)	(324)
Profissionais	(163)	(159)
Campeonato Brasileiro Amador Pré-Juv. e Juvenil	(31)	(88)
Torneio Faldo Series	(84)	(84)
Tour Juvenil	(55)	(72)
CBG Pro Tour	(70)	(53)
Campeonato Aberto de Golfe do Brasil	(13)	(14)
Outros Torneios	(59)	(43)
Torneio Canadian Mens Amateur	(17)	
Torneio Mini Tour	(17)	
Competições		(43)
	<u>(541)</u>	<u>(880)</u>
	<u>(644)</u>	<u>(1.093)</u>

(b) Desenvolvimento de golfe-Formação Técnica

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Programa Alto Rendimento	(202)	(214)
Golfe para a Vida	(98)	(85)
Desenvolvimento institucional	(26)	(61)
<i>Slope System</i>	(57)	(51)
Cursos de Regras	(46)	(47)
Desenvolvimento esportivo	(9)	(35)
Bureau	(5)	(19)
Entidades internacionais	(4)	(6)
	<u>(447)</u>	<u>(518)</u>

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Custos com projetos incentivados

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Projeto Lei Agnelo Piva (Nota 11(i))	(1.560)	(930)
Projeto MESP Aberto do Brasil 2012	(55)	(808)
Projeto MESP Aberto do Brasil de Golfe 2013	(1.014)	
Projeto MESP Circuito Brasileiro Golfe Masculino 2012		(840)
Projeto MESP Circuito Brasileiro Golfe Masculino 2013	(1.727)	
Projeto MESP Golf a Caminho Olimpíadas 2016	(333)	
Projeto MESP Brasil Premiun Class	(2.083)	
Projeto LPGA Brasil CUP 2012		(3.454)
Projeto MESP Golf Competitivo		(120)
Projeto MESP Copa Los Andes		(20)
Projeto MESP Reestruturação do Golf Brasileiro Fase I		(36)
Projeto MESP - SICONV - Programa Alto Rendimento Rio 2016	(40)	
	<u>(6.812)</u>	<u>(6.208)</u>

14 Despesas gerais e administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Salários e encargos sociais	(675)	(689)
Trabalhos Voluntários (Nota 13(i))	(635)	(561)
Gastos com despesas gerais	(148)	(344)
Despesas com terceiros (i)	(312)	(257)
Despesas com diretoria (ii)	(138)	(105)
Aluguel e manutenção do prédio	(57)	(94)
Despesas com <i>marketing</i>	(137)	(62)
	<u>(2.102)</u>	<u>(2.112)</u>

(i) Despesas com prestação de serviços jurídicos, serviços contábeis, serviços de traduções, serviços de auditoria).

(ii) Despesas com passagens aéreas, refeições e transporte com membros da diretoria da CBG em reuniões e eventos.

15 Remuneração dos executivos

A administração da entidade da CBG cumpre os requisitos da Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, não remunerando seus executivos pelos serviços prestados.

Além do corpo diretivo a Entidade possui uma gerência executiva com salários e encargos totalizando R\$ 269 (2012 - R\$ 233).

16 Torneios incentivados que aguardam aprovações

Os seguintes torneios foram concluídos, documentações comprobatórias encaminhadas e, presentemente, aguardam aprovação do Ministério do Esporte:

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Ministério do Esporte - Lei de Incentivo ao Esporte

- (i) Projeto Reestruturação do Golfe Brasileiro Fase I - Processo nº 58.000.002381/2208-15 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, para aprovação da prestação de contas em 29 de março de 2011, no valor de R\$ 3.717.
- (ii) MESP - Copa Los Andes - Processo nº 58.701.003930/2010-88 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 26 de março de 2012, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 211.
- (iii) LPGA Brasil Cup 2012 - Processo nº 58.701.002481/2011-3 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 29 de outubro de 2012, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 2.490.
- (iv) MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2012 - Processo nº 58.701.003145/2011-14 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 26 de fevereiro de 2013, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 840.
- (v) MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2012 - Processo nº 58.701.003369/2011-18 - projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 13 de março de 2013, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 863.
- (vi) MESP - Brasil Premium Classic Processo nº 58.701.005228/2012-11, projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 22 de julho de 2013, para aprovação da prestação de contas, valor de R\$ 2.210.
- (vii) MESP - Aberto do Brasil de Golfe 2013 - Processo nº 58.701.005113/2012-26, projeto entregue ao Ministério do Esporte, em 10 de dezembro de 2013, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 1.016.

(b) Comitê Olímpico Brasileiro

Lei Agnelo Piva - documentação entregue ao Comitê Olímpico Brasileiro em 11 de dezembro de 2013 para aprovação de prestação de contas. Em 31 de dezembro de 2013, do total de saída de recursos de R\$ 1.560 (Nota 10), o montante de R\$ 1.219 estava pendente de aprovação.

(c) Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro

LPGA Brasil Cup 2012 - Convênio nº 006/2012 - projeto entregue à Secretaria Estadual de Esporte e Lazer do Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 2012, para aprovação da prestação de contas, no valor de R\$ 1.007.

17 Torneios com prestações de contas aprovadas pelo Ministério do Esporte durante 2013

Os seguintes torneios tiveram suas prestações de contas aprovadas pelo Ministério do Esporte - Convênios:

- (i) Campeonato Mundial 2000 - prestação de contas foi aprovada pelo Ministério do Esporte em 14 de março de 2012, no valor de R\$ 80.

Confederação Brasileira de Golfe

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Copa Los Andes - 2002 - prestação de contas foi aprovada pelo Ministério do Esporte em 28 de março de 2012, no valor de R\$ 100.
- (iii) Campeonato Mundial - 2006 - prestação de contas foi aprovada pelo Ministério do Esporte em 26 de setembro de 2012, no valor de R\$ 49.

18 Torneios em processo de captação de recursos

(a) Lei de Incentivo ao Esporte - Ministério do Esporte

- (i) MESP - Circuito Brasileiro de Golfe Masculino 2014 - Processo nº 58.701.007797/2013-81, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 2.090, tendo sido captado recursos no valor total de R\$ 766 até 31 de dezembro de 2013.
- (ii) MESP - Aberto de Golfe do Atlântico 2014 - Processo nº 58.701.005050/2012-16, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 1.206, tendo sido captado recursos no valor total de R\$ 900 até 31 de dezembro de 2013.
- (iii) MESP - Golfe a Caminho das Olimpíadas 2014 - Processo nº 58.701.009702/2013, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 2.364.
- (iv) MESP - Brasil Champions 2014 - Processo nº 58.701.011209/2013-12, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 2.100.
- (v) MESP - Aberto do Brasil 2014 - Processo nº 58.701.007792/2013-59, projeto aprovado pelo Ministério do Esporte, para captação no valor de R\$ 1.603.

(b) Comitê Olímpico Brasileiro

Lei Agnelo Piva - Comitê Olímpico Brasileiro, em processo de liberação de recursos, para o exercício de 2014, no valor de R\$ 1.700.

19 Evento subsequente

A Diretoria da Entidade realizou no dia 10 de março de 2014 uma Assembleia Geral Extraordinária (AGE) para aprovação das modificações do Estatuto com objetivo de adequá-lo à Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013.

* * *